



SPMS_{EPE}

Serviços Partilhados do Ministério da Saúde

CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

SEGUNDO TRIMESTRE DE 2023

1. INTRODUÇÃO

A SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde foi criada através do Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março e rege-se pelos Estatutos aprovados pelo mesmo Decreto-Lei, na sua atual redação, pelo Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação, bem como por todas as normas que por força da sua natureza jurídica, lhe sejam aplicáveis.

2. ENQUADRAMENTO

O presente relatório visa dar cumprimento ao previsto na alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, bem como ao disposto no n.º 4 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS, nos termos do qual o Conselho Fiscal emite, *“Com base nos relatórios trimestrais elaborados pelo Conselho de Administração (...), um relatório sucinto que reflita os controlos efetuados e as eventuais anomalias detetadas, bem como os eventuais desvios verificados em relação aos orçamentos e a identificação das respetivas causas ...”*.

A SPMS apresentou ao Conselho Fiscal o Relatório de Execução Orçamental referente ao 2.º trimestre de 2023, aprovado pelo Conselho de Administração, que visa dar cumprimento à obrigação prevista no n.º 4 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS.

O relatório de execução orçamental em análise foi objeto de apreciação pelo Revisor Oficial de Contas, que emitiu o seu Relatório em 02-10-2023, que se anexa e faz parte integrante deste documento.

Na presente data, o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2023, que serve de base ao controlo orçamental referido neste Relatório, encontra-se aprovado pelo acionista, através do despacho n.º 250/2023-SET, de 12/06/2023.

A atividade desenvolvida pela SPMS no exercício de 2023 tem como principais referenciais de gestão a atividade planeada em sede de Plano de Atividade e Orçamento (PAO), assim como a contratualizada em sede de Contrato-Programa.

Foi ainda analisada a evolução do prazo médio de pagamentos, determinado de acordo com o definido na RCM n.º 34/2008, de 14 de fevereiro, bem como o cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria, de acordo com o disposto no artigo 91.º do Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro¹.

¹ Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2023.

**CONSELHO FISCAL**

O presente relatório é entregue ao Conselho de Administração para que seja enviado aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde, conforme referido no mencionado n.º 4 do artigo 15.º dos Estatutos.

3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO TRIMESTRE**3.1. Execução Orçamental**

A execução orçamental da receita até ao final do segundo trimestre de 2023, apresentada no quadro infra, evidencia um montante global cobrado de cerca de 38 milhões de euros, englobando o saldo transitado do ano anterior (2,5 milhões de euros), sem o qual ascenderia a 35,5 milhões de euros:

Quadro 1 – Síntese da execução orçamental da receita

Un: euros

Designação da F.F.	Dotação corrigida anual	Receita cobrada no 2.ºT2023	Execução no período (%)	Receita cobrada no 2.ºT2022	Δ 2023/2022 (%)
3.1.9-Transferências correntes	56 574 209	12 933 233	22,9%	12 437 801	4,0%
3.1.9-Microsoft (Sentença judicial)	4 000 000	4 000 000	100,0%	-	-
3.1.9-Reposições não abatidas aos pagamentos	19 522	19 122	98,0%	50 867	-62,4%
4.1.1-Projetos SAMA FEDER	98 904	12 079	12,2%	72 699	-83,4%
4.4.1-Projetos SAMA FSE	2 055 000	120 916	5,9%	231 270	-47,7%
4.8.2-Projetos diretamente financiados pela EU	1 318 578	27 081	2,1%	63 806	-57,6%
4.8.3-Plano de Recuperação e Resiliência - Subvenções	220 322 329	10 139 604	4,6%	-	-
4.8.4-Plano de Recuperação e Resiliência - Subvenções	62 169 535	-	-	-	-
4.8.8-Projetos diretamente financiados pela EU	1 500	-	-	-	-
5.1.1-Contrato Programa com a ACSS	31 000 000	7 470 019	24,1%	-	-
5.1.3-Faturação SNS/Outras entidades	3 670 545	731 700	19,9%	1 126 112	-35,0%
5.1.3-Venda de bens de investimento	2 657	2 656	100,0%	-	-
5.4.1- Transferências correntes - Proj. diretamente fina	40 201	40 200	100,0%	-	-
Total de receitas correntes	381 272 980	35 496 610	9,3%	13 982 555	153,9%
Saldo de Gerência		2 535 178	-	5 325 619	-52,4%
Total	381 272 980	38 031 788	10%	19 308 174	97,0%

Da análise do quadro supra, importa salientar o seguinte:

- A taxa de execução da receita (9,3%), sem o saldo transitado, situou-se abaixo da prevista para o período, devido essencialmente à reduzida taxa de execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que representa 74% da previsão de receitas anuais.
- Das receitas cobradas, cerca de 23% correspondeu a transferências correntes, 20% resultou da faturação apresentada ao SNS e a outras entidades e 5% teve origem em programas comunitários [SAMA (FEDER e FSE)] e projetos diretamente financiados pela EU.
- Por comparação com o período homólogo do ano anterior, verifica-se um aumento do valor da receita cobrada em cerca de 153,9% decorrente essencialmente das transferências no âmbito do PRR, e das receitas próprias do Contrato Programa.



CONSELHO FISCAL

No que se refere à **despesa**, com uma dotação corrigida anual de 381,4 M€, a respetiva execução até ao final do segundo trimestre totalizou 6,3%, correspondendo a cerca de 23,9 M€ de despesa paga, conforme se detalha no quadro seguinte:

Quadro 2 – Síntese da execução orçamental da despesa

Un: euros

Designação	Dotação corrigida anual	Cativação	Dotação disponível anual	Despesa paga no 2.ºT2023	Execução no período (%)	Despesa paga no 2.ºT2022	Δ 2023/2022 (%)
01-Despesas com pessoal	13 949 683	-	13 949 683	6 301 433	45,2%	4 931 600	27,8%
02-Aquisições de bens e serviços	258 596 472	-	258 596 472	14 643 754	5,7%	8 111 529	80,5%
03-Outros juros	500	-	500	363	72,6%	-	-
06-Outras despesas correntes	2 489 360	866 763	1 622 597	1 505 665	92,8%	612 319	145,9%
Total de despesas correntes (A)	275 036 015	866 763	274 169 252	22 451 215	8,2%	13 655 448	64,4%
07-Aquisição de bens de capital	107 225 067	0	107 225 067	1 465 860	1%	0	0,0%
Total de despesas de capital (B)	107 225 067	0	107 225 067	1 465 860	1%	0	0,0%
Total (A)+(B)	382 261 082	866 763	381 394 319	23 917 075	6,3%	13 655 448	75,1%

Neste âmbito evidencia-se, em particular:

- A despesa executada ter-se circunscrito apenas a 23,9 M€ (6,3% da dotação disponível anual);
- O baixo grau de execução da despesa que é explicado pelo Conselho de Administração pelo aumento do orçamento da despesa, que inclui o Plano de Recuperação e Resiliência, a fraca execução deste bem como na fonte de financiamento 511;
- A execução da rubrica “Despesas com pessoal” representou neste período 45,2 % do total desta rubrica e 26,3% do total da despesa paga no semestre. Porém, comparativamente ao período análogo houve um aumento de 27,8%;
- A aquisição de bens e serviços representa 61,2% da despesa paga no período em análise, tendo-se verificado um aumento face ao período homólogo de 2022, em cerca de 80,5% justificado pelo pagamento da fatura referente ao licenciamento da Microsoft, para a qual existia uma provisão;
- A fraca execução da rubrica aquisição de bens de capital que ascendeu apenas a 1% da dotação disponível anual.
- O valor da despesa paga até ao final do 2º trimestre de 2023 foi superior em 75% à despesa paga em igual período de 2022.

Os mapas de execução orçamental da despesa evidenciam ainda que a SPMS, no primeiro semestre de 2023, assumiu compromissos no valor de 116 M€, ou seja, 30 % da dotação anual disponível. Saliente-se que das dotações não comprometidas no final do período em causa (265 M€), 68,7% reportam a despesas ao abrigo da rubrica 4.8.3 (Projetos diretamente financiados pela EU).



CONSELHO FISCAL

3.2. Execução económica e financeira

A execução das principais rubricas de resultados até ao final de junho de 2023, bem como os desvios verificados face ao orçamento e ao período homólogo, resumem-se no quadro seguinte:

Quadro 3 – Evolução das principais rubricas de resultados

Un: euros

Demonstração de Resultados	Orçamento anual	Orçamento 2.ºT2023 (1)	Execução T2/2023 (2)	Execução T2/2022 (3)	Desvio (2)-(-1)	Δ 2023/2022 %
Rendimentos	-	45 978 479,0	35 099 252,3	29 104 182,7	- 10 879 226,8	20,6%
Prestações de serviços		44 380 822,0	32 212 594,8	8 347 159,0	- 12 168 227,2	285,9%
Trans. correntes e subs. à exploração obtidos		1 411 578,1	200 276,6	20 329 076,9	- 1 211 301,5	-99,0%
Outros rendimentos e ganhos		186 079,0	2 686 380,9	427 946,8	2 500 301,9	527,7%
Gastos	-	44 104 778,1	33 088 119,9	27 535 687,0	- 11 016 658,1	20,2%
Fornecimentos e serviços externos		37 067 436,6	26 353 752,2	22 429 376,2	- 10 713 684,4	17,5%
Gastos com pessoal		6 974 841,5	5 650 863,2	4 871 049,9	- 1 323 978,3	16,0%
Outros gastos e perdas		62 500,0	1 083 504,5	235 260,9	1 021 004,5	360,6%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-	1 873 701,0	2 011 132,3	1 568 495,7	137 431,4	28,2%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		800 165,8	1 775 922,1	1 201 902,4	975 756,2	47,8%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-	1 073 535,1	235 210,2	366 593,3	- 838 324,9	-35,8%
Juros e rendimentos similares obtidos		-	2 656,3	-	2 656,3	0,0%
Juros e gastos similares suportados		-	363,1	832,3	363,1	-56,4%
Resultado antes de impostos	-	1 073 535,1	237 503,4	365 761,0	- 836 031,7	-35,1%
Imposto sobre o rendimento		225 447,4	-	-	225 447,4	-
Resultado líquido do período	-	848 092,7	237 503,4	365 761,0	- 610 589,4	-35,1%

Como se constata, no final do segundo trimestre de 2023, o resultado líquido da SPMS foi de 237.503 €, o que representa um resultado bastante inferior ao estimado de 848.092 € e igual comportamento se verificou ao nível do resultado operacional que ficou aquém do orçamentado em 78%. Face ao período homólogo de 2022 verifica-se, também, um decréscimo do resultado líquido de 35,1% e do resultado operacional de 35,8%.

De salientar que, nas “Notas sintéticas às Demonstrações Financeiras” é referido pela empresa que “a resultado líquido sofreu uma diminuição face ao período homólogo, embora tenha existido variação positiva/negativa em todas rubricas.”. De facto, conforme se constata no quadro supra, verifica-se que, apesar do incremento nos rendimentos (cerca de 6 M€) ter sido superior ao aumento verificado nos gastos (5,6M€), o diferencial não foi suficiente para absorver o aumento dos gastos com depreciações e amortizações, não sendo relevante o incremento positivo verificado no saldo entre juros e rendimentos similares obtidos e suportados.

Saliente-se nos rendimentos o aumento das receitas decorrentes da prestação de serviços (em 23,9M€) o qual, porém, é em grande parte compensado pela redução das transferências correntes e subsídios à exploração (em 20,1 M€), salientando a empresa que a partir de 2022 as transferências do Orçamento de Estado passaram a ser classificadas como prestação de serviços uma vez que representavam uma contrapartida a um serviço prestado). Nos gastos, saliente-se o aumento verificado nos fornecimentos e serviços externos de cerca de 3,9 M€.



CONSELHO FISCAL

Neste contexto, importa realçar o seguinte:

a) Os rendimentos e ganhos

Face ao período análogo de 2022, os rendimentos tiveram um incremento global de 20,6%, com aumentos significativos de cerca de 285,9% na prestação de serviços e 527,7% em outros rendimentos e ganhos, verificando-se, porém, um desvio negativo de 24% face ao valor orçamentado.

b) Os gastos e perdas

Quanto aos gastos, no período em apreço verificou-se um acréscimo global de 20,2% nos gastos suportados pela sociedade face ao valor registado no período análogo do ano anterior, situação que resultou do aumento com fornecimentos e serviços externos (17,5%), gastos com pessoal (16%) e em outros gastos e perdas (360,6%).

4. ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS GASTOS OPERACIONAIS (artigo 133.º do DLEO)

Nos termos do n.º 4 do artigo 133.º do DLEO, devem ser iguais ou inferiores aos montantes registados no ano anterior os seguintes gastos operacionais:

- ✓ *"a) Com pessoal, excluído os relativos aos órgãos sociais, corrigidos dos impactos do cumprimento de disposições legais, de orientações expressas do acionista Estado, em matéria de concretização do acordo de médio prazo para a melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade, celebrado a 9 de outubro de 2022, das valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias, nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado, bem como do efeito do absentismo e de indemnizações por rescisão contratual, salvo quando se tratar de rescisões por mútuo acordo";*
- ✓ *b) Com fornecimentos e serviços externos, corrigidos do impacto do aumento dos produtos energéticos, incluindo os impactos deste nos gastos com transportes nos termos da alínea c) n.º 2;"*
- ✓ *Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, os associados à frota automóvel e com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, corrigido do impacto do aumento dos produtos energéticos, incluindo os impactos deste nos gastos com transportes nos termos da alínea c) n.º 2;"*.

No que concerne aos encargos com o pessoal, verificou-se um aumento de 16% indicando a SPMS que esta variação reflete os gastos inerentes a 2023.

Quanto aos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, verificou-se um aumento do valor deste agregado no 2º trimestre de 2023 face ao período análogo de 2022 no montante de 30.062,62 €, o que representa num acréscimo de 264%. Relativamente à variação dos gastos associados à frota automóvel entre os mesmos períodos, a mesma foi positiva de 1.717,15 €, ou seja, um aumento de 8%.



CONSELHO FISCAL

Quanto aos gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, verifica-se um decréscimo de 31.379,20 € face ao período análogo de 2022, que se traduz num decréscimo de 37%.

O peso dos gastos operacionais no volume de negócio passou de 327% no 2º trimestre de 2022 para 99% no período em apreço, referindo a SPMS que o volume de negócios (32,2 M€) apresenta um valor muito superior relativamente ao período homólogo (8,3 M€) devido à alteração no reconhecimento das transferências do Orçamento do Estado que ocorreu a partir de dezembro de 2022.

5. OUTROS ASPETOS

5.1. Evolução da dívida e dos pagamentos em atraso

No período em apreço verifica-se um aumento na ordem dos 38% da dívida total da sociedade face ao período análogo de 2022, salientando-se, contudo, a redução na dívida vencida que alcançou os 27%. Refira-se que a empresa não apresenta dívida vencida com mais de 90 dias.

De acordo com a informação prestada pela SPMS mais de 64% da dívida no 2.º Trimestre de 2023 é perante 2 fornecedores, MEO e Timestamp-Sistemas de Informação, S.A., verificando-se, porém, que relativamente ao segundo a respetiva dívida se encontra por vencer. Salienta-se que a dívida vencida representa 45% da dívida total da SPMS.

O prazo médio de pagamentos ponderado fixou-se nos 44,86 dias, o que representa uma deterioração significativa face aos 27,8 dias no período análogo de 2022, apesar de representar uma ligeira melhoria face à situação verificada no final de 2022 (62,09).

5.2. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

As disponibilidades e aplicações financeiras da SPMS encontram-se na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., dando assim cumprimento ao princípio da Unidade de Tesouraria do Estado.

6. CONCLUSÃO

Em face do exposto e tendo presente o Relatório do Revisor Oficial de Contas, o Conselho Fiscal salienta que as demonstrações financeiras da SPMS referentes ao 2º trimestre de 2023 evidenciam de forma verdadeira e apropriada a situação financeira da sociedade, com um resultado líquido no final de junho de 2023 no valor de 237.503 euros, situando-se o EBITDA em 2.011.132 euros.

Lisboa, 8 de março de 2024

O CONSELHO FISCAL

A Presidente

Assinado por: **Luísa Maria Teixeira Pisco**
Num. de Identificação: 06619984
Data: 2024.03.08 11:34:06+00'00'

O Vogal

SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.

RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

RELATIVO AO 2º TRIMESTRE DE 2023

0. NOTA DE ENQUADRAMENTO

Para efeitos do disposto na alínea e) do n.º 3 do art.º 15.º dos Estatutos da **SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.**, (a Entidade), publicados em anexo ao Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, na redação que lhe foi dada pelo art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 75/2020, de 25 de setembro, e de acordo com a solicitação que nos foi formulada nesse sentido pelo Conselho Fiscal, cumpre-nos proceder a uma revisão limitada das demonstrações financeiras integradas nos relatórios trimestrais e no Plano de Atividades e Orçamento, elaborados e apresentados pelo Conselho de Administração.

Para o efeito, e tendo por referência o Relatório Trimestral de Execução Orçamental relativo ao 2.º Trimestre de 2023, elaborado sob a égide do Conselho de Administração, cumpre-nos apresentar no presente relatório o resultado do trabalho realizado referido no parágrafo anterior.

Contudo, e considerando que o presente trabalho se destina igualmente a apoiar o Conselho Fiscal no exercício das suas competências, designadamente no que se refere à elaboração de relatórios trimestrais, procedemos igualmente a uma análise da execução orçamental no trimestre e da evolução dos principais agregados das demonstrações financeiras, pelo que o presente relatório é mais abrangente do que o previsto no Guia de Aplicação Técnica n.º 2, relativo a Revisão Limitada de Demonstrações Financeiras.

1. INTRODUÇÃO

Efetuámos uma revisão limitada das demonstrações financeiras integrantes do Relatório Trimestral de Execução Orçamental relativo ao 2.º Trimestre de 2023, da **SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.**, que compreendem o balanço em 30 de junho de 2023, que evidencia um total de 82.421.340 euros e um total de património líquido de 58.542.715 euros, incluindo um resultado líquido de 237.503 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas sintéticas anexas às demonstrações financeiras, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

2. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

É da responsabilidade do Órgão de Gestão a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas e pela criação e manutenção de um sistema e controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

3. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras anexas. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as normas internacionais de revisão limitada de demonstrações financeiras e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, como um todo, não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuámos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Consequentemente, não expressamos uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

4. CONCLUSÃO

Com base no trabalho realizado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras anexas não apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.**, em 30 de junho de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa, relativos ao trimestre findo naquela data, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

5. ENFASES

A opinião expressa no ponto anterior tem em consideração que estamos perante demonstrações financeiras trimestrais, as quais não envolvem a realização, com o mesmo nível de profundidade e detalhe, das operações normais de encerramento de contas, designadamente no que se refere a movimentos de especialização, sobretudo relacionados com gastos referentes a fornecimentos e serviços de terceiros, bem como ao reconhecimento dos rendimentos associados ao contrato programa, que estão a ser reconhecidos numa base de duodécimos. Este reconhecimento não tem igualmente em consideração o nível de execução real deste contrato. Deste modo, a conclusão expressa no parágrafo anterior deve ser entendida neste enquadramento.

6. APRECIÇÃO DE OUTRAS MATÉRIAS

6.1. Análise da Execução Orçamental

No final do 2.º trimestre de 2023 a receita cobrada líquida ascendeu a 38.031.788 euros e a despesa total paga ascendeu a 23.917.075 euros, conforme detalhe evidenciado no já referido “Relatório Trimestral de Execução Orçamental”. Face ao trabalho desenvolvido, e atendendo às variações ocorridas, justificam-se os seguintes comentários relativamente aos principais agregados:

6.1.1. Receita

A Receita cobrada líquida apurada no final do 2.º trimestre de 2023 engloba o saldo transitado do ano anterior, no montante de 2.535.178 euros, que representa 6,7% do total da receita cobrada líquida apurada no trimestre. Sem este efeito, a receita cobrada no trimestre ascenderia a 35.496.610 euros.

O quadro seguinte detalha a origem desta receita, em termos comparativos com o realizado no período homólogo de 2022:

Código e Designação Fonte Financiamento	Receita Corrigida Ano 2023		Receita cobrada líquida 2ºT 2023		Receita cobrada líquida 2ºT 2022		Variação 2023/2022		% Execução receita Corrigida
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
319 Tr. correntes ACSS OE - Manutenção Sistemas em Contínuo	36 838 179	9,7%	12 000 000	31,6%	12 000 000	62,1%	-	-	32,6%
319 Transferências correntes ACSS CC - SNS24	17 360 000	4,6%	176 750	0,5%	136 481	0,7%	40 269	29,5%	1,0%
319 Transferências correntes ACSS - CCMSNS	2 376 030	0,6%	756 483	2,0%	301 320	1,6%	455 163	151,1%	31,8%
319 Microsoft (Sentença judicial)	4 000 000	1,0%	4 000 000	10,5%	-	-	4 000 000	-	100%
319 Reposições não abatidas aos pagamentos	19 522	0,0%	19 122	0,1%	50 867	0,3%	-31 745	-62,4%	98%
319 Transferências de RI entre organismos	60 593 731	15,9%	16 952 355	44,6%	12 488 669	64,7%	4 463 686	35,7%	28,0%
411 Rec. próprias - FEDER - intervenções e ações específicas	98 904	0,0%	12 079	0,0%	72 699	0,4%	-60 620	-83,4%	12,2%
411 FEDER - competitividade e internacionalização	98 904	0,0%	12 079	0,0%	72 699	0,4%	-60 620	-83,4%	12,2%
441 Rec. próprias - Fundo Soc. Europeu	2 055 000	0,5%	120 916	0,3%	231 270	1,2%	-110 354	-47,7%	5,9%
441 Fundo Social Europeu - Competitividade e Internacionalização	2 055 000	0,5%	120 916	0,3%	231 270	1,2%	-110 354	-47,7%	5,9%
482 Projetos diretamente financiados pela EU	1 318 578	0,3%	27 081	0,1%	63 806	0,3%	-36 725	-57,6%	2,1%
482 Outros e saldos de FE/Outros	1 318 578	0,3%	27 081	0,1%	63 806	0,3%	-36 725	-57,6%	2,1%
483 Projetos diretamente financiados pela EU	220 322 329	57,8%	10 139 604	26,7%	-	-	10 139 604	-	4,6%
483 Plano de Recuperação e Resiliência - Subvenções	220 322 329	57,8%	10 139 604	26,7%	-	-	10 139 604	-	4,6%
484 Projetos diretamente financiados pela EU	62 169 535	16,3%	-	-	-	-	-	-	-
484 Plano de Recuperação e Resiliência - Subvenções - IVA	62 169 535	16,3%	-	-	-	-	-	-	-
48B Projetos diretamente financiados pela EU	1 500	0,0%	-	-	-	-	-	-	-
48B PRR - Com origem em beneficiários intermediários externos à Administração Central	1 500	0,0%	-	-	-	-	-	-	-
511 Contrato-Programa com a ACSS - Projetos em Desenvolvimento	31 000 000	8,1%	7 470 019	19,6%	-	-	7 470 019	-	24,1%
511 Receita própria do ano - Com origem em RG provenientes do OE	31 000 000	8,1%	7 470 019	19,6%	-	-	7 470 019	-	24,1%
541 Projetos diretamente financiados pela EU	40 201	0,0%	40 200	0,1%	-	-	40 200	-	100%
541 Transferências de Receita Própria entre Organismos	40 201	0,0%	40 200	0,1%	-	-	40 200	-	100%
513 Faturação - SNS	860 000	0,2%	173 112	0,5%	320 628	1,7%	-147 516	-46,0%	20,1%
513 Faturação - Outras Entidades	2 810 545	0,7%	558 588	1,5%	805 484	4,2%	-246 896	-30,7%	19,9%
513 Venda de bens de investimentos	2 657	0,0%	2 656	0,0%	-	-	2 656	-	100,0%
513 Receita própria do ano - Com Outras Origens	3 673 202	1,0%	734 356	1,9%	1 126 112	5,8%	-391 756	-34,8%	20,0%
Subtotal	381 272 980	100,0%	35 496 610	93,3%	13 982 556	72%	21 514 054	153,9%	9,3%
Saldo de gerência anterior	-	-	2 535 178	6,7%	5 325 619	27,6%	-2 790 441	-52,4%	-
Total Geral	381 272 980	100%	38 031 788	100%	19 308 176	100%	18 723 613	97,0%	10,0%

Comparativamente ao período homólogo, expurgando o efeito do saldo de gerência, a variação ocorrida de 21.514.054 euros é essencialmente justificada por um aumento da execução das transferências no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e das receitas próprias provenientes do Contrato-Programa.

Não obstante este aumento, no final do segundo trimestre, a receita apresenta ainda um reduzido nível de execução, o qual ascendeu a apenas 10% da receita orçamentada. Este comportamento está muito associado à reduzida execução do Plano de Recuperação e Resiliência.

6.1.2. Despesa

A Despesa total paga ascende, no final do 2.º trimestre de 2023, ao montante de 23.917.075 euros, conforme se evidencia no quadro seguinte:

Rubrica	Orçamento Corrigido Ano 2023	Cativação 2023	Orçamento Disponível Ano 2023		Despesa paga 2ºT2023		Despesa paga 2ºT2022		Variação 2023/2022		% Execução Despesa	
			Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Orç. Corr.	Orç. Dispon.
01.01 Remunerações Certas e Permanentes	10 282 128	-	10 282 128	100%	5 101 065	21,3%	3 871 741	28,4%	1 229 324	31,8%	49,6%	49,6%
01.02 Remunerações Variáveis	1 022 730	-	1 022 730	100%	131 949	0,6%	153 883	1,1%	-21 934	-14,3%	12,9%	12,9%
01.03 Segurança Social	2 644 825	-	2 644 825	100%	1 068 418	4,5%	905 976	6,6%	162 442	17,9%	40,4%	40,4%
01 Despesa com pessoal	13 949 683	-	13 949 683	100%	6 301 433	26,3%	4 931 600	36,1%	1 369 832	27,8%	45,2%	45,2%
02.01 Aquisição de Bens	1 375 835	-	1 375 835	100%	305 098	1,3%	130 934	1,0%	174 164	133,0%	22,2%	22,2%
02.02 Aquisição de Serviços	257 220 637	-	257 220 637	100%	14 338 656	60,0%	7 980 595	58,4%	6 358 060	79,7%	5,6%	5,6%
02 Aquisição de bens e serviços	258 596 472	-	258 596 472	100%	14 643 754	61,2%	8 111 529	59,4%	6 532 225	80,5%	5,7%	5,7%
03.05 Outros Juros	500	-	500	100,0%	363	0,0%	-	-	363	-	72,6%	72,6%
03	500	-	500	100,0%	363	0,0%	-	-	363	-	72,6%	72,6%
06.02 Diversas	2 489 360	866 763	1 622 597	65,2%	1 505 665	6,3%	612 319	4,5%	893 346	145,9%	60,5%	92,8%
06 Outras despesas correntes	2 489 360	866 763	1 622 597	65,2%	1 505 665	6,3%	612 319	4,5%	893 346	145,9%	60,5%	92,8%
Despesas correntes	275 036 015	866 763	274 169 252	99,7%	22 451 215	94%	13 655 449	100,0%	8 795 766	64,4%	8,2%	8,2%
07.01 Investimentos	107 225 067	-	107 225 067	100%	1 465 860	6,1%	-	-	1 465 860	-	1,4%	1,4%
07 Aquisição de bens de capital	107 225 067	-	107 225 067	100%	1 465 860	6,1%	-	-	1 465 860	-	1,4%	1,4%
Despesas de capital	107 225 067	-	107 225 067	100%	1 465 860	6,1%	-	-	1 465 860	-	1,4%	1,4%
Total Geral	382 261 082	866 763	381 394 319	99,8%	23 917 075	100%	13 655 449	100%	10 261 626	75,1%	6,3%	6,3%

Face a esta realidade importa destacar o seguinte:

- Comparativamente com os montantes orçamentados anuais disponíveis (líquidos de cativos), o nível de execução da despesa revelou-se igualmente modesto, cifrando-se em apenas 6,3%, e ligeiramente inferior à receita executada (10%). Esta baixa execução na despesa é justificada pelo aumento do orçamento da despesa aprovado, que inclui o Plano de Recuperação e Resiliência;
- O peso dos gastos com recursos humanos representa 26,3% da despesa paga no 1.º semestre de 2023, face aos 36,1% do período homólogo, redução justificada com o aumento da despesa total executada, dado que os gastos desta natureza aumentaram 1.369.832 euros (27,8%) face ao período homólogo;
- A despesa com aquisição de bens e serviços, que ascendeu a 14.643.754 euros (61,2% do total da despesa paga), reflete um aumento de 6.532.225 euros (80,5%) face ao semestre homólogo;

- A rubrica de aquisição de bens de capital apresenta uma despesa orçamentada no montante total de 107.225.067 euros. Constatou-se que neste semestre foram executados gastos desta natureza (1.465.860 euros), ainda muito pouco expressivos, representando um grau de execução de apenas 1,4%;
- Em termos globais, a despesa ocorrida até ao final do 2.º trimestre reflete um aumento de 75% face ao período homólogo de 2022, devido ao efeito conjugado de aumento dos saldos de quase todas as rubricas da despesa executada, tendo a mais expressiva, no montante de 6.532.225 euros, ocorrido na rubrica de despesa com aquisição de bens e serviços.

6.2. Análise da Situação Contabilística ao nível do Balanço

O Balanço reportado a 30JUN23, bem como a respetiva evolução face a 31DEZ2022, consta do Anexo 1 e foi preparado a partir dos registos contabilísticos da SPMS.

Face ao trabalho desenvolvido, e atendendo às variações ocorridas, justificam-se os comentários relativamente aos principais agregados do balanço, que são formulados nos pontos seguintes:

- Relativamente à rubrica de Ativos Fixos Tangíveis, o saldo no final do segundo trimestre ascende a 7.784.474 euros, refletindo um decréscimo de 0,9% relativamente ao final do exercício anterior, decorrente essencialmente do efeito do reconhecimento das depreciações do período, no montante de 1.235.419 euros, que excederam o montante dos novos investimentos efetuados no exercício, que ascenderam a 1.166.187 euros. Ocorreram ainda abates de bens, no valor de 1.915 euros;
- Os Ativos Intangíveis, apresentavam um valor líquido no montante de 10.623.373 euros, representando 13% do total do Ativo. A variação do semestre respeita ao reconhecimento de 540.503 euros respeitante às depreciações do período e 63.182 euros respeitante a abates;
- A rubrica de Clientes apresenta, a 30JUN2023, um saldo de 3.950.242 euros, refletindo com baixa expressividade um acréscimo de 9.634 euros face a 31DEZ2022. A entidade com saldo em dívida mais expressivo no final do semestre continua a ser a ACSS, representando cerca de 98% do total do saldo a receber, mantendo-se este saldo inalterado face a 31DEZ2022;
- A rubrica de Outras Contas a Receber apresenta a 30JUN2023, um saldo de 10.820.937 euros, representando cerca de 13% do total do Ativo. No primeiro semestre verifica-se um aumento de 8.722.636 euros face a 31DEZ2022. Esta variação resulta essencialmente dos valores a faturar relativos ao centro de contacto do SNS24 (6.7M€) e do Contrato Programa com a ACSS (4M€), relativo aos serviços prestados no decorrer dos primeiros seis meses do ano;

- A rubrica de Caixa e Depósitos, no final do primeiro semestre, ascende a 45.907.459 euros, sendo esta a rubrica mais expressiva, representando cerca de 56% do total do Ativo. O saldo respeita maioritariamente (73%) ao valor recebido do PRR em 2021 e relativamente ao qual ainda não foi executada despesa. A totalidade do montante reconhecido na rubrica encontra-se depositado no IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, cumprindo assim com o princípio de unidade de tesouraria;
- A rubrica de Património Líquido, a 30JUN2023, apresenta um saldo no montante de 58.542.715 euros, incluindo um resultado líquido de 237.503 euros, representando um acréscimo de 16,1% relativamente a 31DEZ2022. A variação constatada provém sobretudo do aumento verificado na rubrica de “Outras Variações no Património Líquido” (mais 7.891.368 euros), decorrente do recebimento de verbas do PRR, no montante de 9.348.073 euros, ao qual foi deduzido o efeitos do reconhecimento de rendimentos de 1.456.705 euros, correspondente à proporção dos gastos reconhecidos no âmbito da execução do PRR. Ocorreu ainda a transferência do resultado líquido positivo apurado em 31DEZ2022, para as rubricas “Reservas” e “Resultados Transitados”, nos montantes de 634.451 euros e 37.804 euros respetivamente.
- O total do Passivo, no montante de 23.878.625 euros, evidenciado no final do 1.º semestre de 2023, reflete um aumento expressivo de 10.482.404 euros (78,2%) relativamente ao final do exercício anterior, sendo esta variação justificada pelo aumento das rubricas “Fornecedores” (7.491.881 euros) e “Outras Contas a Pagar” (7.317.043 euros), conjugado com a utilização de 4.000.000 euros referentes à provisão anteriormente constituída, relacionada com um processo judicial, cuja decisão foi desfavorável à SPMS com o consequente pagamento da indemnização em causa. Note-se, no entanto, que esta indemnização corresponde a serviços anteriormente prestados, que não puderam ser registados devido a recusa de Visto por parte do Tribunal de Contas.
- A rubrica de Fornecedores ascendeu, no final do 2.º trimestre, a 8.925.236 euros, no qual se destacam as dez entidades credoras que mais contribuem para este saldo:

Fornecedor c/c	Saldo 30JUN2023	Peso (%)
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, SA	-3 629 263	40,7%
Timestamp - Sistemas de Informação, S.A.	-2 135 634	23,9%
CAPGEMINI PORTUGAL, SA	-450 448	5,0%
AXIANSEU II Digital, S.A.	-322 068	3,6%
Claranet Portugal - Telecomunicações, S.A.	-276 744	3,1%
Liferay, S.L.	-261 563	2,9%
AUBAY PORTUGAL, SA	-237 593	2,7%
BRAVANTIC	-226 520	2,5%
FIRST SOLUTIONS-SISTEMAS DE INFORMAÇÃO S.A	-224 479	2,5%
IGNÍT PEOPLE (Claranet Talent), S.A	-217 839	2,4%
	-7 982 152	89,4%

Note-se que este saldo aumentou substancialmente face ao final do ano anterior, concentrando-se este aumento nos fornecedores MEO e TIMESTAMP. Acresce que 45% da dívida total se encontra já vencida, com maturidade entre 0 e 90 dias;

- Na rubrica de Outras Contas a Pagar, é apresentado para o final do 1.º semestre de 2023, um saldo no montante de 12.068.093 euros, que respeita essencialmente a acréscimos de gastos com subcontratos (7,3M€), serviços prestados (3,1M€) e pessoal relativo a férias e subsídio de férias a liquidar em 2024 (0,8M€).

6.3. Evolução dos Resultados do Período face ao Orçamento

Apresentamos no mapa constante do Anexo 2, os principais agregados de rendimentos e gastos reconhecidos no final do primeiro semestre de 2023. Adicionalmente, para efeitos de análise da execução orçamental do período, considerou-se igualmente, na coluna de orçamento, os valores constantes no PAO 2023, assumindo uma repartição linear mensal das previsões constantes de cada rubrica deste Plano.

Conforme se evidencia neste Anexo 2, o desempenho no final do primeiro semestre foi desfavorável, comparativamente aos montantes orçamentados, ficando igualmente abaixo do registado no período homólogo de 2022.

Com efeito, no final do semestre em análise, embora se tenha apurado um resultado líquido positivo de 237.503 euros, o mesmo ficou aquém das expetativas, comparando com o lucro orçamentado de 848.093 euros. A justificação para esta evolução desfavorável está relacionada sobretudo pela reduzida execução das rubricas de Transferências Correntes e Subsídios (-85,8%) e Prestação de Serviços (-27,4%), não integralmente compensada pelo menor gasto ocorrido ao nível da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), cujo montante ascendeu a 26.353.752 euros, representando uma execução de apenas 71% face ao orçamentado, bem como de Gastos com Pessoal, que também ficam abaixo do orçamentado (-19%).

Na componente dos gastos, o desvio verificado na rubrica de FSE face ao valor orçamentado (-10.713.684 euros) é justificado sobretudo pela baixa execução de despesa no âmbito do PRR, bem como no que se refere ao Contrato Programa celebrado com a ACSS.

Naturalmente que este comportamento tem de ser analisado conjuntamente com o desvio desfavorável registado na rubrica de Transferências Correntes e Subsídios Obtidos, devido à não transferência destas verbas no período em análise.

No que concerne à rubrica de gastos com pessoal, a mesma ascendeu ao montante de 5.650.863 euros, apresentando uma diminuição de 1.323.978 euros face ao montante previsto em orçamento, considerando uma repartição linear desta natureza de gastos.

O total de gastos do primeiro semestre de 2023 ascende assim a 34.864.405 euros, apresentando uma execução de 77,6% face ao orçamentado, atenuando assim, ainda que de forma parcial, a quebra ocorrida sobretudo ao nível das Prestações de Serviços.

O total de rendimentos ascende a 35.101.909 euros, apresentando uma execução de 76,3% face aos montantes orçamentados. Esta menor execução é justificada pelo desvio negativo verificado nas rubricas de Vendas e Serviços Prestados (-12.168.227 euros) e nas Transferências Correntes e Subsídios Obtidos (-1.211.302 euros).

6. NOTA FINAL

Finalmente, manifesta-se o nosso agradecimento aos responsáveis da SPMS com quem contactámos ao longo do nosso trabalho, destacando-se a postura colaborante e pró-ativa do respetivo Conselho de Administração, bem como do responsável pela área financeira, os quais têm sido essenciais para a realização das nossas funções.

Lisboa, 2 de outubro de 2023

O Revisor Oficial de Contas

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:

Assinado por: **VÍTOR MANUEL BATISTA DE**

ALMEIDA

Num. de Identificação: 04886686

Data: 2023.10.02 10:50:12+01'00'



Vitor Manuel Batista de Almeida

(Inscrito na OROC sob o n.º 691 e na lista de auditores da CMVM sob o n.º 20160331)

ANEXO 1

Balanço

em 30 de junho 2023 e em 31 de dezembro de 2022

Valores em euros

BALANÇO	31JUN2023	31DEZ2022	Var Real 30JUN23 - 31DEZ22	
			Valor	%
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	7 784 474	7 855 621	-71 147	-0,9%
Ativos intangíveis	10 623 373	11 227 058	-603 685	-5,4%
Diferimentos	1 906 493	2 007 722	-101 230	-5,0%
Subtotal	20 314 339	21 090 401	-776 062	-3,7%
Ativo corrente				
Clientes, contribuintes e utentes	3 950 242	3 940 608	9 634	0,2%
Estado e outros entes públicos	1 002 645	723 945	278 700	38,5%
Outras contas a receber	10 820 937	2 098 301	8 722 636	415,7%
Diferimentos	425 716	1 501 524	-1 075 808	-71,6%
Caixa e depósitos bancários	45 907 459	34 455 286	11 452 174	33,2%
Subtotal	62 107 000	42 719 664	19 387 336	45,4%
Total do Ativo	82 421 340	63 810 065	18 611 274	29,2%
PATRIMÓNIO LIQUIDO				
Património/Capital	26 260 689	26 260 689	0	0,0%
Reservas	11 157 563	10 523 112	634 451	6,0%
Resultados transitados	-34 086 795	-34 124 599	37 804	-0,1%
Outras variações no património líquido	54 973 755	47 082 387	7 891 367	16,8%
Subtotal	58 305 212	49 741 589	8 563 622	17,2%
Resultado líquido do período	237 503	672 255	-434 752	-64,7%
Total Património Líquido	58 542 715	50 413 844	8 128 871	16,1%
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões	395 586	4 395 586	-4 000 000	-91,0%
Subtotal	395 586	4 395 586	-4 000 000	-91,0%
Passivo corrente				
Fornecedores	8 925 236	1 433 355	7 491 881	522,7%
Estado e outros entes públicos	554 140	1 024 374	-470 235	-45,9%
Fornecedores de investimentos	36 483	555 209	-518 726	-93,4%
Outras contas a pagar	12 068 093	4 751 050	7 317 043	154,0%
Diferimentos	1 899 087	1 236 647	662 440	53,6%
Subtotal	23 483 039	9 000 636	14 482 404	160,9%
Total do Passivo	23 878 625	13 396 221	10 482 404	78,2%
Total Património Líquido e Passivo	82 421 340	63 810 065	18 611 274	29,2%

ANEXO 2

Demonstrações de Resultados por Naturezas para o exercício findo em 30 de junho de 2023

Valores em euros

DEMONSTRAÇÃO de Resultados	Real 30JUN23	Real 30JUN22	Orçamento 30JUN23	Var Real 30JUN23 - 30JUN22		Var Real 30JUN23 - Orç 30JUN23	
				Valor	%	Valor	%
				Prestação de Serviços	32 212 594,8	8 347 159,0	44 380 822,0
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	200 276,6	20 329 076,9	1 411 578,1	-20 128 800,3	-99,0%	-1 211 301,5	-85,8%
Fornecimentos e serviços externos	-26 353 752,2	-22 429 376,2	-37 067 436,6	-3 924 376,1	17,5%	10 713 684,4	-28,9%
Gastos com o pessoal	-5 650 863,2	-4 871 049,9	-6 974 841,5	-779 813,3	16,0%	1 323 978,3	-19,0%
Outros rendimentos e ganhos	2 686 380,9	427 946,8	186 079,0	2 258 434,1	527,7%	2 500 301,9	1343,7%
Outros gastos e perdas	-1 083 504,5	-235 260,9	-62 500,0	-848 243,6	360,6%	-1 021 004,5	1633,6%
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	2 011 132,3	1 568 495,7	1 873 701,0	442 636,6	28,2%	137 431,4	7,3%
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	-1 775 922,1	-1 201 902,4	-800 165,8	-574 019,7	47,8%	-975 756,2	121,9%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	235 210,2	366 593,4	1 073 535,1	-131 383,1	-35,8%	-838 324,9	-78,1%
Juros e rendimentos similares obtidos	2 656,3	0,0	0,0	2 656,3	0,0%	2 656,3	0,0%
Juros e gastos similares suportados	-363,1	-832,3	0,0	469,2	-56,4%	-363,1	0,0%
Resultado antes de impostos	237 503,4	365 761,0	1 073 535,1	-128 257,6	-35,1%	-836 031,8	-77,9%
Imposto sobre o rendimento do período	0,0	0,0	-225 442,4	0,0	0,0%	225 442,4	-100,0%
Resultado líquido do período	237 503,4	365 761,0	848 092,8	-128 257,6	-35,1%	-610 589,4	-72,0%
Resultado Líquido	237 503,4	365 761,0	848 092,8	-128 257,6	-35,1%	-610 589,4	-72,0%